



GT 57. Migrações e Deslocamentos

Coordenador(es):

Natália Corazza Padovani (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Este GT, proposto no âmbito do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, visa reunir trabalhos que reflitam sobre diferentes “regimes de mobilidades”. Migrações e deslocamentos são objeto de processos de diferenciação vinculados a assimetrias e “localizações sociais”. Categorias como “permanência e mobilidade” são tensionadas nos processos de governamentalidade voltados para quais sujeitos e populações podem/devem permanecer e/ou mover-se. Exílios, expulsões e deslocamentos forçados são contrastados com imaginários sobre turismo e cosmopolitismo. Migrações e deslocamentos, assim, podem ser analisados frente ao modo como “viagens” e “refúgios”, por exemplo, diferenciam pessoas frente a categorizações de raça, gênero, sexualidade, classe, nacionalidade, geração, entre outras, as quais enredam práticas e normativas de segurança e proteção dos territórios e estados nacionais. Nos interessam trabalhos que examinem a produção de mobilidade/imobilidade, circulação/contenção, legalidade/ilegalidade; e/ou processos de subjetivação e a incidência de marcadores sociais na delimitação de fronteiras territoriais e sociais. A intenção é abranger pesquisas realizadas a partir de temas voltados para as várias formas de deslocamentos e “regimes de mobilidades” através de fronteiras, que podem ou não ser transnacionais. Consideramos que o deslocamento entre fronteiras das cidades, bem como urbanas, ou “rurais e urbanas”, podem trazer elementos etnográficos e analíticos ao debate proposto.

Uma aporia da proteção: o ?refúgio LGBTI? no Brasil entre a transparência e a invisibilidade

Autoria: Lucas Odilon dos Anjos Noel da Silva (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O presente artigo tem como objetivo analisar mecanismos de produção e gestão de populações ditas vulneráveis no Brasil contemporâneo a partir de um caso em específico: o dos/as ?refugiados/as LGBTI?. O termo aparece aqui entre aspas por se tratar de uma categoria êmica, ou seja, essa é a nomenclatura utilizada oficialmente pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) para se referir às pessoas cis-hétero dissidentes que são reconhecidas como refugiadas no marco do Direito Internacional de Refúgio e passam, portanto, a estar sob o mandato de proteção dessa agência internacional. Muitas solicitações de refúgio de pessoas cis-hétero dissidentes, aceitas ou não pelo governo brasileiro, acabam se mascarando em outros critérios de inclusão previstos pela Lei de Refúgio brasileira e sendo analisadas somente à luz desses, mesmo que tais sujeitos tenham enfrentado aspectos de perseguição ?LGBTIfóbica? em suas vidas. Historicamente, essa invisibilidade estatística, agravada pela ausência de dados oficiais do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) acerca das solicitações de refúgio, impôs desafios à pesquisa sobre as/os ?refugiadas/os LGBTI? no Brasil. No entanto, acontecimentos recentes sugerem que pode haver uma mudança em curso nesse cenário. Em fins de 2018, o Conare anunciou, em conjunto com o Acnur Brasil, o lançamento de um levantamento inédito sobre as solicitações de refúgio com base em orientação sexual e identidade de gênero no país cujos resultados foram disponibilizados em uma plataforma online aberta à consulta pública. A hipótese que levanto nesse artigo é a de que o movimento de aparente abertura e interesse específico pela causa LGBTI por parte dos atores centrais do refúgio pode servir como uma entrada privilegiada para refletir mais profundamente sobre as tecnologias de governo que operam na produção e gestão de populações imigrantes pobres em território nacional. Para tanto, descrevo como ideias, retóricas e práticas mais amplas dos processos de formação de Estado e construção de nação no Brasil se combinam na produção de um grupo vulnerável ? os/as ?refugiados/as LGBTI? ? que passa então a ser pensado como



necessitando de tipos específicos de intervenção. Aqui, uma perspectiva etnográfica permite concluir que a recente atenção dada pelo Conare e pelo Acnur Brasil aos ?refugiados LGBTI? pode se tornar um objeto fundamental para investigar as brechas no discurso oficial de êxito que ronda o universo institucional do refúgio no Brasil. Expandindo criticamente os horizontes de pesquisa, o artigo contribui para avançar discussões correntes sobre como a temática de gênero e da sexualidade vem se transformando em um importante componente dos regimes de (i)mobilidade e produção de fronteiras na contemporaneidade.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: